



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO
PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA
DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No nono dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência da vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Esta solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, a presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Fernando Carneiro reportou não ter comparecido à sessão ordinária do dia anterior porque participava de atividades da Prefeitura Municipal de Belém – PMB relativas ao Dia Internacional da Mulher e não pudera, portanto, congratular as funcionárias, assessoras e vereadoras desta Casa pelo seu dia. Fez referência depois a recentes declarações machistas e sexistas de políticos brasileiros – incluindo o comentário do deputado estadual paulista Arthur do Val a respeito das mulheres ucranianas – classificando-as como inaceitáveis não apenas por serem ofensivas, mas por ocultarem uma realidade muito cruel. Noticiou que a ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgara ter havido no Brasil um aumento da violência contra a mulher no ano anterior, ocorrendo, em média, um estupro a uma mulher a cada dez minutos e um feminicídio a cada sete horas. Mensagens proferidas por autoridades públicas eleitas pelo povo brasileiro que coisificam a mulher, o corpo feminino, são um estímulo a essas formas de violência, postulou. As mulheres foram às ruas no dia anterior, Dia Internacional da Mulher, exteriorizando não ser uma data comemorativa, mas fundamentalmente um dia de luta, apontou. Apesar de as mulheres constituírem a maioria da população em nosso país, ainda são sub-representadas nos parlamentos e espaços de poder, em todos os níveis, e isso precisava ser enfrentado, declarou. As mulheres trans são mulheres porque se identificam como mulheres, cabendo respeitá-las e protegê-las, advogou. O Brasil ainda é o país mais mata travestis e transexuais no mundo, alertou, e os crimes são de uma violência extrema, havendo casos em que o coração das vítimas é arrancado ou elas são queimadas vivas. No dia anterior, notificou, a PMB lançou a campanha permanente “Não é Não” contra a importunação sexual nos transportes coletivos, envolvendo diversas secretarias municipais, incluindo a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana – Semob, visando reduzir essa forma de agressão às mulheres. Recordou posteriormente o projeto de sua autoria, Parada Segura, que foi aprovado por esta Casa, tornando-se lei em nossa cidade, mas precisava ser efetivado. Esta legislação estabelece que, depois das dez horas da noite, mulheres, idosos e pessoas com deficiência podem escolher o melhor ponto de parada do ônibus, evitando descer em locais perigosos, explicitou. Lembrou também outros projetos de sua autoria já aprovados neste parlamento: a lei contra a violência obstétrica, a lei do nome social para travestis e transexuais e a lei de combate ao feminicídio, sancionada em 18/08/2021. Colocou seu mandato à disposição da luta das mulheres por igualdade e ressaltou a necessidade de desconstruir o machismo em nossa sociedade, reconhecendo que mesmo homens realizando esse processo de desconstrução eventualmente reproduzem o machismo. Findo o seu pronunciamento, o vereador Fernando Carneiro assumiu a presidência da Mesa. Enfermeira Nazaré Lima referiu que durante todo o mês de março, e não apenas no Dia Internacional da Mulher, são realizadas ações de luta por direitos. Na legislatura passada, relatou, foi aprovado um projeto de sua autoria determinando a fixação, nos coletivos urbanos de Belém, de adesivos informando ser crime a importunação sexual. Entretanto, assim como a lei da Parada Segura, esta legislação foi sancionada, mas não foi cumprida, indicou. Instou este parlamento a encontrar formas de fazer com que as leis aprovadas e sancionadas efetivamente funcionassem, para que se colocasse em prática o que esta Casa realiza, advertindo que a maioria dos municípios sequer sabia da existência dessas leis. Considerou excelente a campanha “Não é Não”, lançada pela PMB, e pediu a fixação dos adesivos nos coletivos, conjecturando que muitos municípios sequer sabiam o que era importunação sexual e consideravam normal tal forma de agir. Por esse motivo, argumentou, tornava-se indispensável publicizar,

caracterizar essa prática como crime. Comentou em seguida que alguns casos de racismo eram anteriormente naturalizados, mas agora deveriam ser denunciados, solidarizando-se ao produtor cultural Jorge André da Silva, ostensivamente constrangido em um supermercado no Bairro do Jurunas na segunda-feira precedente. Confessou sentir receio de abrir a bolsa perto de uma prateleira em um supermercado e sofrer constrangimento público, pois mesmo que fizesse a denúncia e processasse o responsável pela prática discriminatória, já teria sofrido a humilhação e a vergonha. Tais casos são recorrentes, assinalou, mas atualmente começavam a ser divulgados e denunciados. Racismo é crime, enfatizou, citando o artigo 1º da Lei Federal nº 7716, de 05/01/1989, que estabelece punição para os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça e cor, afirmando ser patente a discriminação a negros e negras nos estabelecimentos comerciais devido à cor de sua pele. Esclareceu posteriormente ter pedido licença parlamentar a esta Casa, no dia anterior, para participar de um ato em Brasília instando a Câmara Federal a colocar em pauta o projeto de lei que estabelece o piso salarial para os profissionais de enfermagem. Referiu-se depois ao ato realizado em nossa cidade no Dia Internacional da Mulher, destacando a presença de muitos homens no evento. A presença masculina nessas manifestações mostrava que não compactuavam com a violência, opinou, considerando essencial trazer os homens para a causa das mulheres. O ato realizado no dia anterior não foi apenas de mulheres, ajuizou, mas também de homens que não aceitavam a forma violenta como as mulheres são tratadas em nosso país e no mundo. Em aparte, manifestou-se o vereador Miguel Rodrigues. Findo o seu pronunciamento, a vereadora Enfermeira Nazaré Lima reassumiu a presidência da Mesa. Miguel Rodrigues contou ter visitado a Praça Dorothy Stang, no Bairro da Sacramenta, recordando que, à época da gestão estadual de Simão Jatene, ela era utilizada pelo programa Pro Paz. Segundo fora informado, inteirou, a Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer – Sejel pretendia usar a praça para desenvolver diversas atividades na área esportiva. Disse ter ficado preocupado ao perceber na visita que o logradouro estava abandonado, referindo ser um espaço amplo e muito bonito, apresentando diversas opções para a prática de esportes, mas estava sendo depredado por vândalos. Pediu à PMB que cuidasse do lugar, com ações de recuperação, capinação, limpeza e construção de um acesso mais fácil à Avenida Pedro Álvares Cabral para os agentes da Guarda Municipal de Belém – GMB. Em aparte, manifestou-se o vereador Moa Moraes. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro comunicou ter apresentado, na semana anterior, um projeto de lei criando a Política Municipal para a População Migrante, Apátrida, Solicitante de Refúgio e Refugiada. Explicou atender a uma solicitação de um grupo de acadêmicos da Universidade Estadual do Pará – Uepa e da Comissão de Refugiados da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Notificou ter contatado a Secretaria Extraordinária de Cidadania e Direitos Humanos de Belém visando à criação de uma política municipal para atender principalmente apátridas, solicitantes de refúgio e refugiados em nossa capital. Aditou ter visitado a Fundação Papa João XXIII – Funpapa para tratar da questão dos índios Warao, atestando haver grande esforço da PMB para acolher essa população, mas admitindo que muito ainda precisasse ser feito. Mencionou a crise migratória provocada pela invasão russa à Ucrânia, condenando a atitude belicosa do presidente russo Vladimir Putin. Ressaltou, entretanto, não ser solidário à Organização do Tratado do Atlântico Norte – Otan, alegando que essa aliança militar servia aos interesses estadunidenses. Cientificou ter sido atingido, neste dia, um total de dois milhões de refugiados ucranianos e classificou o problema das populações refugiadas no mundo inteiro como gravíssimo, devendo ser enfrentado no Brasil em âmbito federal, estadual e municipal. Solidarizou-se depois aos trabalhadores e trabalhadoras da educação, em nível estadual e municipal, que lutavam pela adoção do piso salarial nacional. Houve uma assembleia dos servidores estaduais e outra dos servidores municipais, reportou, tendo participado de ambas, e os professores da rede estadual decidiram paralisar suas atividades no dia 16 de março vindouro, quando ocorreria a Mobilização Nacional da Educação, convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. Segundo fora informado pelas redes sociais, prosseguiu, o governador Hélder Barbalho atenderia às reivindicações da categoria. No município de Belém havia a mesma disposição e os trabalhadores estudavam a apresentação de uma contraproposta às duas propostas apresentadas pela PMB, complementou. Hipotecou irrestrito apoio aos trabalhadores e trabalhadoras da educação, não apenas aos professores, mas a todos os servidores da educação pública. Em aparte, manifestou-se o vereador Miguel Rodrigues. Pela liderança do bloco PP – Podemos – Pros, Êmerson Sampaio solicitou à Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém – Semob maior fiscalização do trânsito em nossa capital. Reputou ser terrível transitar na Avenida Augusto Montenegro todos os dias, denunciando as infrações cometidas cotidianamente por maus motoristas. Poucos ônibus trafegam nas vias do BRT e alguns condutores folgados, a bordo de carrões, aproveitam a falta de fiscais para ocupar a pista e acelerar, descreveu. Enquanto isso, contrastou, os demais motoristas sofrem com a lentidão do fluxo nas pistas laterais congestionadas, reportando sair de casa às sete

da manhã e chegar à CMB faltando quinze minutos para as nove. Na ciclofaixa da Avenida Júlio César circulam carros e motocicletas todos os dias, ocorrendo o mesmo na Rodovia Arthur Bernardes, denunciou, reiterando o pedido de maior fiscalização do trânsito nas vias da cidade por parte da Semob. Além disso, atestou, os condutores dos veículos são mal-educados e desrespeitosos, defendendo a realização de campanhas de educação no trânsito de Belém. Incentivou depois as vereadoras desta Casa a apoiarem outras mulheres na próxima eleição para aumentar a participação feminina na política. Pela liderança do bloco DEM – Patriota – Cidadania, Matheus Cavalcante fez notar a falta de esclarecimento quanto ao andamento do processo licitatório do sistema de transporte público por ônibus em Belém, informando ter enviado vários ofícios à Semob solicitando informações a respeito. Lamentou posteriormente as consequências trágicas da invasão russa à Ucrânia, atribuindo-a à política imperialista e expansionista de Vladimir Putin, criticando o apoio expresso a ele no Senado Federal pelo Partido dos Trabalhadores – PT, em nota assinada pelo senador paraense Paulo Rocha. Lamentou também as declarações sexistas do deputado estadual por São Paulo, Arthur do Val, observando que ele já retirara sua candidatura ao governo daquele estado. Avaliou ter havido violência política contra a deputada estadual pelo Rio Grande do Sul, Juliana Brizola, por parte do ator José de Abreu nas redes sociais. Recordou ter sido o primeiro a posicionar-se nesta Casa a respeito do deputado estadual por São Paulo Fernando Cury, membro de seu partido, processado por apalpar, durante a sessão parlamentar, os seios da deputada do PSOL Isa Penna. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa a vereadora Dona Neves. O vereador Emerson Sampaio justificou então a ausência do vereador Fabrício Gama nesta sessão. Pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante disse que em Belém privilegiou-se o fluxo dos carros, dificultando a utilização de outras formas de transporte. Cobrou depois a realização da licitação para o sistema de transporte por ônibus em nossa cidade, salientando a urgência dessa demanda e conclamando este parlamento a atuar conjuntamente por sua efetivação, pois isso traria grande benefício à população. Quando Hélio Gueiros era prefeito de Belém, existia o transporte fluvial ligando Mosqueiro a Belém, mas o serviço foi extinto durante o primeiro governo de Edmilson Rodrigues, rememorou, afirmando não haver coerência entre o discurso e a prática da atual gestão municipal. O BRT somente funcionará se houver integração entre as várias partes do sistema, incluindo o transporte público fluvial, ponderou. Defendeu a revitalização de espaços públicos municipais através da realização de Parcerias Público – Privadas – PPPs, pois os investimentos são feitos pelas empresas, reduzindo os custos para a PMB. O Mercado de São Brás ainda estava abandonado, mas, se a gestão municipal o recuperasse, estaria investindo na área central da cidade, deixando de investir na periferia, enunciou. Em aparte, manifestou-se o vereador Miguel Rodrigues. Pela liderança do PSB, Fábio Souza também advertiu para a falta de fiscalização do trânsito nas vias de Belém, tornando perigoso até mesmo andar nas calçadas por conta dos entregadores de comida por aplicativo. O número de acidentes estava crescendo, atentou, chamando a atenção para o conseqüente aumento dos custos com a hospitalização das vítimas. Estimou que o ano anterior fora difícil, ainda por conta da pandemia, e que a PMB enfrentara muitas dificuldades financeiras, mas este parlamento aprovara empréstimos para financiar a gestão municipal. Externou acreditar que muitas dificuldades seriam superadas neste ano pelo governo do município, havendo planejamento para isso, e problemas históricos de nossa cidade seriam pelo menos amenizados. Em relação ao BRT, julgou que não cumpria sua função e sua utilização deveria ser repensada pela PMB, avaliando que o seria. A proposta original de desafogar o trânsito dando maior mobilidade através do transporte deve voltar a ser o cerne, o âmago desse sistema, preconizou. Findo este pronunciamento, a presidente Dona Neves encerrou a sessão, às dez horas, para dar continuidade à reunião do Colégio de Líderes. Estava licenciada a vereadora Lívia Duarte. Justificaram suas ausências os vereadores Goleiro Vinícius, Blenda Quaresma, Fabrício Gama, Igor Andrade, John Wayne, Mauro Freitas, Pablo Farah e Zeca Pirão. Estiveram presentes os vereadores: Pastora Salete e Matheus Cavalcante, pelo bloco DEM – Patriota – Cidadania; Emerson Sampaio, Miguel Rodrigues, Roni Gás e Túlio Neves, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Juá Belém, pela bancada do Republicanos; Enfermeira Nazaré Lima e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Fábio Souza, pelo PSB; Moa Moraes, pelo PSDB; Amaury da APPD e Bia Camargo, pelo PT; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 09 de março de 2022.

1ª Secretária

Presidente

2ª Secretário